
Lomé 3 exemplo de Cooperação Internacional

● Dieter Frisch da CEE em entrevista à informação moçambicana

Dieter Frisch que concedeu à Informação moçambicana a entrevista de que reproduzimos as partes principais é presentemente o Director-Geral para o Desenvolvimento da Comissão da Comunidade

Económica Europeia (CEE) e chefe da Missão.

Alemão de origem francesa, o Senhor Frisch está na CEE desde 1958, tendo participado anteriormente em várias missões no Continente Africano. A sua formação

*Dieter Frisch,
director-geral
da Comissão
da Comunidade
Económica
Europeia (CEE)
e Chefe de Missão
(Foto Naita Ussene)*



está igualmente ligada à profissão de jornalista e também à de tradutor-intérprete o que lhe proporciona um relacionamento com os homens da Informação aberto e lhamo.

Referindo-se à sua missão em Moçambique, Dieter Frisch começou por salientar que ela é a primeira visita oficial da CEE «desde a aderência da RPM a Lomé III porque já vínhamos a trabalhar pontualmente desde 1978».

Sobre estes contactos pontuais referiu-se à ajuda alimentar e de emergência que atingiu o montante de 128 milhões de ECU (1 ECU = 37,00 meticais, sensivelmente 0,90 cêntimos do dólar US). Desta quantia 90 milhões de ECU foram destinados à ajuda alimentar e de urgência e 38 milhões para projectos que não especificou.

«É por isso que o pacote de 145 milhões de ECU para o próximo quinquénio é bastante maior do que no passado», disse ainda a propósito Dieter Frisch para acentuar seguidamente que «toda a África Negra está

agora vinculada a Lomé III, com as recentes adesões de Angola e Moçambique» que em seguida saudou.

As adesões de Angola e Moçambique que constituem no seu entender «numa região particularmente conturbada e difícil a possibilidade de uma cooperação mútua no seio da SADCC e uma comparticipação forte da CEE no que respeita à África do Sul».

Referindo-se posteriormente à convenção que une a CEE e 66 países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), o director da Comissão diria ainda que «Lomé não tem comparação no mundo — é a única organização que se fundamenta numa cooperação multilateral e que resulta de uma verdadeira negociação entre as partes».

Por outro lado, Lomé «não se fundamenta em flutuações políticas ou orçamentais, tem a sua estabilidade de base para cinco anos e respeita as escolhas políticas e económicas dos seus parceiros», disse Dieter Frisch, que realçou a existência dentro da convenção de países com sistemas políticos, sociais e económicos heterogêneos.

Quando indagado pela «Tempo» so-

bre o facto de o mecanismo STABEX tomar como ano-base o anterior à adesão formal de um país específico à convenção e o facto particular de 1985 ter sido para Moçambique o seu pior ano em termos de receitas de exportação e possibilidades de se viabilizarem mecanismos mais realistas para as economias dos países signatários, Dieter Frisch dir-nos-ia que o mecanismo STABEX foi estabelecido e negociado pelas partes interessadas e que a CEE toma como base não somente o ano anterior à adesão formal mas quatro ou cinco anos representativos da evolução da economia de cada país. Referiu ainda que não é um sistema automático de resposta a eventuais quedas de receitas de exportação dos países ACP mas que cada situação pontual é analisada em detalhe assim que um país apela para o STABEX.

«Tempo» indagou ainda se, para além do pacote mínimo de 145 milhões de ECU existiriam disponibilidades financeiras extra para Moçambique. À questão, Dieter Frisch dir-nos-ia que os 145 milhões de ECU são um pacote mínimo e seguro e que «há meios suplementares não programáveis dentro da convenção, nomeadamente o STABEX, pertencente ao Fundo Europeu de Desenvolvimento, o SYSMIN para países produtores de minérios, fundos do Banco Europeu de Investimentos (BEI) que tem para Moçambique 15 milhões de ECU e que pode disponibilizar outros meios suplementares à medida em que se definam projectos, a própria ajuda de emergência e fora da convenção a ajuda alimentar e programas de organizações não-governamentais (ONG's) que são financiadas à parte pela CEE».

Sobre a cooperação regional no seio da SADCC o nosso entrevistado considerou-a como sendo de uma dimensão importante porque «a convenção tem pacotes especiais para certas regiões, caso concreto da SADCC, escolhida como interlocutora privilegiada pelos países da região».

Para a SADCC, Lomé III tem consignados 110 milhões de ECU com particular incidência para o chamado «corredor da Beira» e o «sietma norte Tazara» «que são as nossas principais prioridades regionais no

domínio dos transportes e comunicações nesta altura difícil de desestabilização levada a cabo pela África do Sul nesta região».

«A CEE é solidária com os países da zona e condena vigorosamente o «apartheid» porque é um sistema contra os direitos do homem». Sobre este assunto diria ainda que «a CEE não é um órgão que possa tomar decisões sobre as sanções propriamente ditas, as quais dependem dos estados membros».

No entanto «temos uma declaração conjunta dos membros da Convenção

Questionado sobre esta última questão e se tal auxílio às vítimas do «apartheid» poderia ser extensivo aos presos políticos do regime de Pretória, Dieter Frisch adiantou que tal apoio não foi discutido mas que poderá ser tomado em linha de conta.

Ainda sobre o tema sanções referiria que existem posições comuns como o próprio encontro dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros da CEE e da Linha da Frente realizado recentemente em Lusaka que considerou como «o primeiro realizado, pioneiro e unívoco nas

factores da desestabilização fá-lo-emos».

No entanto «isto está fora do nosso âmbito como comunidade, cada um dos países individualmente pode tomar tais medidas, mas isso é outro caso. No caso da visita de Savimbi aos Estados Unidos, por exemplo, queremos dizer que nós apoiamos e negociamos com governos estabelecidos e não admitimos outros interlocutores quaisquer que eles sejam».



«A CEE é solidária com os países da zona e condena vigorosamente o apartheid porque é um sistema contra os direitos do homem», Dieter Frisch em entrevista concedida à informação nacional. (Foto Nalta Ussene)

que toma medidas globais sobre o assunto das quais as mais positivas são sanções sobre compra e venda de armamento à RAS, fornecimento de petróleo, apoio vigoroso à SADCC, um código de conduta aprovado para as empresas europeias que trabalham na RAS e que devem fornecer relatórios anuais sobre as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores negros que empregam e, em vias de ser aprovado, um apoio efectivo às vítimas do «apartheid» através das igrejas e organizações não violentas».

suas posições». Adiantaria ainda que os Estados membros da CEE poderão ir além das medidas comuns já adoptadas em consenso mas que tal diz respeito à soberania de cada Estado membro.

O problema do banditismo foi outro dos assuntos abordados no decorrer da entrevista concedida por Dieter Frisch à informação. Sobre o tema diria que «não sabemos de onde vêm os apoios do banditismo. Nós apoiamos estes governos e se pudermos ajudar a travar e a reduzir os

Ao finalizar a entrevista e a seu desejo expresso, o Senhor Dieter Frisch fez questão de sublinhar que as orientações de desenvolvimento de Moçambique e a orientação do Presidente Samora Machel a esse respeito permitem-nos um relacionamento positivo e favorável até porque a existência no nosso país de legislação específica sobre investimentos privados o permite.

J. Salvador